



Info

# MPMIS

Informativo da micro, pequena e média indústria

---

*Edição 19 - Abril de 2015*



DEPARTAMENTO DA MICRO,  
PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA

GESTÃO COM INOVAÇÃO \_\_\_\_\_ 03

DESTAQUES INDÚSTRIA \_\_\_\_\_ 04

FINANÇAS E FINANCIAMENTO \_\_\_\_\_ 06

# SUMÁRIO

# GESTÃO COM INOVAÇÃO



## Fapesp disponibiliza recursos para financiar pesquisa em PMEs

*ANPEI – 31/03/2015* – A Fapesp lançou nova chamada de propostas para apoiar pesquisas tecnológicas em microempresas e empresas de pequeno porte no Estado de São Paulo. O valor total disponibilizado para financiar os projetos é de R\$ 15 milhões.

Para obter o apoio, a pesquisa científica e/ou tecnológica deve ser executada em microempresas e empresas de pequeno porte, com até 250 empregados, sediadas no Estado de São Paulo. As propostas devem ser apresentadas até 4 de maio, e devem conter projetos de pesquisa voltados para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços, em todas as áreas do conhecimento.

Com o objetivo de orientar e tirar dúvidas dos interessados em apresentar propostas, a Fapesp promoverá no dia 1º de abril, das 9h às 12h, em sua sede, em São Paulo, a segunda edição em 2015 do encontro Diálogo sobre Apoio à Pesquisa para Inovação na Pequena Empresa.

Um dos diferenciais do PIPE é que mesmo empresas ainda não constituídas formalmente podem apresentar propostas, na condição de “empresa a constituir”. Outra característica importante do PIPE é que o pesquisador proponente deverá demonstrar conhecimento e competência técnica no tema do projeto, mas não precisa apresentar nenhum título formal, seja de graduação ou

pós-graduação. Os projetos de pesquisa selecionados deverão ser desenvolvidos por pesquisadores que tenham vínculo empregatício com essas empresas ou que estejam associados a elas para sua realização.

As propostas podem ser desenvolvidas em duas etapas. Primeiro, é preciso demonstrar a viabilidade tecnológica do produto ou processo proposto. Esta é a chamada Fase 1, para a qual os recursos aos projetos aprovados chegam a R\$ 200 mil, para uso em até 9 meses. Na chamada Fase 2, o projeto pode receber até R\$ 1 milhão para desenvolver o produto ou processo inovador, com prazo de até 24 meses.

Os projetos podem ser inscritos em qualquer uma das fases do Programa, exclusivamente por meio eletrônico, pelo Sistema de Apoio a Gestão (SAGE), no site da Fapesp. O resultado dos projetos aprovados será divulgado em 7 de agosto.

O encontro na sede da Fundação é realizado em parceria com o Ciesp e com a Anpei. Para se inscrever no evento, gratuito, basta acessar o endereço [www.fapesp.br/eventos/pipe1\\_2015](http://www.fapesp.br/eventos/pipe1_2015).

Mais informações sobre o PIPE estão disponíveis em [www.fapesp.br/pipe](http://www.fapesp.br/pipe) A chamada de propostas para o 2º Ciclo de Análise do PIPE em 2015 está publicada em [www.fapesp.br/9314](http://www.fapesp.br/9314).

## Ferramenta online aponta melhor localização para abrir negócio

*ANPEI – 17/03/2015* – Uma ferramenta online vai auxiliar potenciais empresários e donos de pequenos negócios a tomarem decisões com base em informações geográficas em mapas na web. O Mapa de Negócios, criado pelo Sebrae em São Paulo, dá subsídios para os empreendedores tomarem uma importante decisão, que normalmente gera muitas dúvidas: em qual local instalar a empresa?. Por meio dele, o empreendedor poderá identificar a distribuição geográfica de potenciais clientes, fornecedores e concorrentes, além da melhor localização para um ponto de negócio, a partir de

dados obtidos junto a órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Receita Federal, o Ministério do Trabalho e o Simples Nacional.

Uma versão premium do Mapa de Negócios está sendo desenvolvida e trará informações detalhadas como o faturamento médio de cada setor, número de funcionários das empresas, mapa demográfico e perfil socioeconômico da população. O Mapa de Negócios pode ser acessado pelo link <http://sebr.ae/sp/mapanegocios>.

# DESTAQUES INDÚSTRIA

## Carnê da Cidadania enviado pelos Correios é verdadeiro

Milhares de microempresários do país – MEI contestaram a autenticidade do Carnê da Cidadania 2015, enviado pelos Correios, devido ao novo modelo. A Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) confirmou através de nota que não se trata de golpe, apenas mudança de layout. A Secretaria informou que o carnê começou a ser enviado pelos Correios em janeiro deste ano, aos 4,7 milhões de microempreendedores individuais cadastrados. Ainda de acordo com a SMPE, a medida visa facilitar o acesso as guias de pagamento das contribuições.

### A confusão

Nas redes sociais especulava-se que o carnê entregue nas residências dos cadastrados como microempresários individuais se trata de uma fraude e o que o dinheiro pago pelos contribuintes iria para “golpistas”. O falso alerta foi compartilhado por mais de 150 mil pessoas nas páginas da rede social. A Secretaria afirma ainda que aqueles que estiverem receosos quanto a veracidade do documento, podem baixar e imprimir as parcelas do carnê pelo Portal do Empreendedor. O ministro Guilherme Afif Domingos diz que a alta inadimplência motivou o envio dos carnês pelos Correios. “O MEI utilizou o portal para se inscrever, mas não tem o hábito de utilizar a internet também para imprimir os boletos todos os meses, por isso, resolvemos voltar ao velho e bom carnê.”



Carnê não é fraude

### O que é?

Os carnês da cidadania são boletos de pagamentos emitidos pelo governo federal para que o microempreendedor possa pagar contribuições mensais para formalização da atividade dele. O carnê possui 12 boletos, com vencimentos mensais. O Carnê da Cidadania inclui os valores de todos os tributos para o microempreendedor formalizado. Para a Previdência Social são recolhidos 5% do salário mínimo (R\$ 39,40), mais R\$ 1 de ICMS para atividades de indústria, comércio e transportes de cargas interestadual e/ou R\$ 5 de ISS em atividades de prestação de serviços e transportes municipais.

## Documento de arrecadação do MEI poderá ser emitido nos totens do Sebrae

Secretaria Técnica do Fórum Permanente – O Comitê Gestor do Simples Nacional aprovou a Resolução CGSN nº 120, publicada no DOU de 17/03/2015, que autoriza a emissão do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) para o Microempreendedor Individual (MEI), nos terminais de autoatendimento (totens) do SEBRAE. A novidade permite a emissão do DAS antes ou depois do vencimento, sendo necessário apenas informar o CNPJ e o mês que se pretende pagar. A ferramenta vem se somar às outras modalidades de

emissão do DAS. Portanto, o DAS poderá ser emitido/recebido das seguintes formas:

- Emitido pela internet no Portal do Simples Nacional > PGMEI, endereço eletrônico [www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional)
- Carnê impresso encaminhado por meio dos Correios pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República;
- Emitido nos totens do SEBRAE.

# DESTAQUES INDÚSTRIA

---

## Inadimplência de empresas pode piorar neste ano

*Valor Econômico – 23/03/15 – Por Eduardo Campos* – A inadimplência no mercado de crédito como um todo segue próxima das mínimas históricas, em 2,8%, mas o nível de calotes no segmento de pessoas jurídicas dá sinais de que pode começar a destoar. A taxa de atrasos entre 15 e 90 dias, vista como um indicador antecedente, subiu 0,4 ponto percentual, considerando-se os recursos livres na passagem de janeiro para fevereiro, para 3,3%. Esse nível não era visto há mais de dez anos e não foi registrado nem na crise de 2008/2009. A inadimplência oficial, acima de 90 dias, manteve-se em 3,5% em fevereiro.

Na avaliação dos economistas da Rosenberg e Associados, o aumento talvez já seja um dos primeiros reflexos da Operação Lava-Jato sobre a capacidade de algumas grandes empresas de rolar suas dívidas. Além disso, cita a consultoria em relatório, empresas têm tido dificuldade para captar no mercado externo, o que pode levar a uma maior demanda por recursos bancários. “Como já vínhamos alertando, este indicador de inadimplência continuará sendo monitorado com lupa nos próximos meses. A continuidade de sinais de aumento redundará em estrangulamento ainda maior das concessões”, diz.

De janeiro para fevereiro, as concessões totais para pessoas jurídicas caíram quando comparadas com o mesmo mês do ano anterior. Passaram de R\$ 141 bilhões para R\$ 118,8 bilhões. Também em relatório, analistas do Credit Suisse chamam atenção para a taxa de inadimplência entre 15 e 90 dias. O banco aponta que esse indicador

também sobe para as PF pelo 2º mês, saindo de 4,9% em dezembro para 5,4% em fevereiro. “Essa dinâmica aponta para uma reversão da tendência de baixa que se viu nos últimos meses. Além disso, o avanço do crédito livre para as pessoas jurídicas foi puxada pelo cartão de crédito, que usualmente apresenta maior inadimplência”, diz o Credit Suisse, acrescentando que sua expectativa é de alta do calote em função da retração da atividade e do aumento do desemprego. Ainda na avaliação do crédito para empresas, a Rosenberg aponta que as taxas de expansão do estoque com recursos livres tiveram retração pela décima vez consecutiva e o crédito com recursos direcionados continua perdendo fôlego.

“A Operação Lava-Jato e a deterioração da atividade econômica têm tido efeito significativo na oferta de crédito por parte das instituições financeiras”, destaca. Já no crédito direcionado, quem dá o rumo é o BNDES. Segundo a Rosenberg, a percepção é que a participação do BNDES e demais bancos públicos, sob a tutela da nova equipe econômica, será mais comedida, o que pode resultar na retração nominal do crédito em 2015, o que não se via desde 2003. Isso é reflexo de uma redução do spread entre Selic e TJLP, e diminuição dos repasses do Tesouro. “Devemos observar uma importante retração dessa modalidade. A menor demanda ensejada pela redução dos investimentos por parte dos envolvidos na Lava-Jato, incertezas de pagamentos e aumento da inadimplência também deverão afetar o desempenho ao longo do ano”, diz a consultoria.



# FINANÇAS E FINANCIAMENTO

---

## Banco do Brasil já emitiu mais de 100 mil cartões virtuais

*Convergência Digital – 24/03/2015* – O Banco do Brasil lançou uma solução que permite o pagamento de compras nas funções débito e crédito por meio de cartões virtuais, disponibilizados via smartphones para uso em lojas físicas, nos moldes de uma compra com um cartão físico tradicional. Para habilitar o Ourocard-e no celular, o cliente deverá baixar o aplicativo Ourocard-e, utilizando o Google Play ou acessando a loja pelo aplicativo do BB. Após alguns passos, o aplicativo irá gerar um cartão ‘espelho’ daquele principal do cliente. Ao realizar o pagamento, o sistema emitirá para a máquina uma chave de segurança.

O lançamento conta com apoio da Cielo, que já possui mais de 70% da sua rede de terminais POS (point of sale) preparadas para uso da tecnologia NFC. Com a novidade,

o BB amplia o leque de atuação do Ourocard-e, que, desde o ano passado, oferece aos clientes a possibilidade de criar um cartão virtual para uso de forma mais segura em lojas de e-commerce. Até o momento, cerca de 100 mil cartões virtuais já foram gerados.

O Ourocard-e poderá ser usado por correntistas e não correntistas, portadores de cartões Ourocard Visa que possuam um smartphone com Android e função NFC (Near Field Communication), acesso à internet ou wi-fi. Em maio, será a vez dos detentores de cartões Elo da instituição. O projeto prevê ainda a inclusão de novos adquirentes e a possibilidade de uso do Ourocard-e para pagamento de compras pelo celular em lojas físicas com cartões da família Ourocard Pré-Pago.

---

## Participação de MPes em financiamentos do BNDES cai 7%

*Agência Brasil – 19/03/2015* – As micro, pequenas e médias empresas participaram, em 2014, com 31,7% do total de financiamentos do BNDES, atingindo R\$ 59,37 bilhões. No comparativo com o ano anterior, houve retração de 7%. Em termos relativos, as grandes empresas seguem liderando as liberações de recursos do banco, com participação de 62,5% e um total de R\$ 117,64 bilhões. Os números divulgados pelo BNDES revelam que, em termos de quantidade de operações, o segmento das micro, pequenas e médias empresas registrou queda de 1% em 2014, na comparação com 2013, somando 1.086.841 transações. O resultado representou 96,2% do total de operações de financiamento do BNDES em 2014.

De acordo com a assessoria de imprensa do BNDES, o desempenho do segmento foi influenciado pelo Cartão BNDES, que fez, ano passado, 795.242 operações, com liberações recorde de R\$ 11,5 bilhões. Houve alta de 5% no volume de operações e de 15% nos desembolsos por meio do cartão. Em quantidade de operações, que atingiram 146.304, o crescimento atingiu 2,42%. Para as micro, pequenas e médias empresas do Sul, os recursos liberados do BNDES recuaram 9,76%. Na sequência, vieram o Sudeste, com -8,51%, e o Centro-Oeste, com -4,57%. As MPes concentraram os maiores volumes de liberações do BNDES no ano passado (R\$ 28.694 bilhões) e de operações (823.048).

# FINANÇAS E FINANCIAMENTO

---

## Mercado de capitais busca MPE

*DCI – 13/03/15 – Ernani Fagundes – São Paulo* – Num universo de 5 milhões de pequenas e médias empresas brasileiras há um potencial de 40 mil (0,8%) que podem acessar instrumentos de captação de recursos no mercado de capitais e a Bolsa de Valores nos próximos anos, se estiverem devidamente preparadas. “O potencial é muito grande, mas o segmento de private equity [de aquisição de participações societárias] não vai dar conta sozinho. Há capital disponível para bons negócios e empresas preparadas”, disse Sidney Chameh, da DGF Investimentos e ex-presidente da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (Abvcap).

O presidente do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), Geraldo Soares considerou que o número de companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo é muito pequeno. “Será um grande desafio para nós nos próximos anos trazer as pequenas empresas ao mercado de capitais”, disse.

Entre as dificuldades para atrair novos integrantes, Chameh disse que muitos pequenos empresários ainda resistem a abrir informações aos potenciais sócios. “As negociações param por falta de informações. O investidor precisa conhecer o passivo tributário, trabalhista e a contabilidade do negócio. Os fundos [de private equity] investem em empresas de boa qualidade, mas querem comprar por um preço justo e agregar valor ao negócio”.

O representante da área de capital empreendedor do (BNDES), Fernando Antunes Mantese, lembrou aos pequenos empresários que há diversas linhas de capital e fundos de investimentos do banco federal dedicados às pequenas e médias empresas. “O objetivo do BNDES é incentivar o máximo de instrumentos de captação possíveis. Fundos de capital semente e de equity são muito adequados para pe-

quenas empresas de tecnologia, inovadoras e de biotecnologia”, disse Mantese, em evento do IBRI e da (CVM) realizado ontem na sede da BM&FBovespa, na cidade de São Paulo.

Para a representante do (Sebrae), Maria Auxiliadora de Souza, dependendo da natureza de risco de um determinado negócio, nem sempre o crédito bancário é a forma mais adequada da MPE se financiar. “O empreendedor pode buscar um recurso de investidor anjo. Desde que ele entenda que ser o único dono não é vantagem hoje”, disse.

Questionado sobre quais são os maiores problemas para uma pequena e média empresa acessar o mercado de capitais, Chameh ressaltou que há uma questão cultural, e que os empreendedores brasileiros não abrem seus riscos. “Existem problemas em todas as áreas. Muitas vezes, o empresário não tem a visão completa do seu negócio ou minimiza certas questões, sua complexidade tributária ou trabalhista”, exemplificou.

Entre as iniciativas para melhorar a educação financeira entre os empreendedores de pequenos e médios negócios, ontem, o IBRI e a CVM lançaram o livro “Relações com Investidores da Pequena Empresa ao Mercado de Capitais”. O material conta com os casos de sucesso da Senior Solution e da Helbor Empreendimentos que abriram capital na Bolsa de Valores nos últimos anos e experimentaram crescimento expressivo desde a oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês).

“Nossa oferta de R\$ 250 milhões foi 100% primária, destinada a investimentos. Após 7 anos, a empresa vale mais de R\$ 1 bilhão e já distribuimos R\$ 400 milhões em dividendos”, exemplificou o relações com investidores (RI) da Helbor, Ricardo Rosanova.

## Nova lei consolida uso de seguro para garantir dívida em ação contra o fisco

DCI – 13/03/15 – Roberto Dumke – São Paulo – O uso de seguros como garantia de dívidas fiscais parece estar, após 12 anos de discussão, resolvido nos tribunais brasileiros. O cenário mudou depois de sancionada a Lei 13.043, de novembro de 2014. O problema, até então, era o entendimento consolidado nas turmas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de que o uso do seguro garantia era inadmissível por não estar previsto na Lei de Execuções Fiscais (6.830/1980). Já em 2011, o ministro Analdo Esteves Lima, do tribunal, disse em briga entre a Fazenda e o braço de cimentos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que o STJ tinha posição firmada. “O STJ já se manifestou pela inadmissibilidade do seguro garantia judicial como caução à execução fiscal, por ausência de norma legal (...), não estando (...) dentre as previstas no art. 9º da Lei 6.830/1980”, afirmou ele. Mas o contexto agora é o oposto. “Entendo que com a lei nova temos uma pá de cal sobre a discussão de que o seguro deve ou não ser aceito”, diz a sócia do Aidar SBZ Advogados, Adriana Passaro. Ela explica que na grande maioria dos casos em que uma empresa quer discutir uma autuação fiscal no Judiciário, é preciso garantir a dívida. Isso pode ser feito de várias formas, incluindo, por exemplo, a penhora de um imóvel da companhia. Mas frequentemente, a Fazenda insiste num depósito em dinheiro.

“Na execução fiscal, a empresa é citada e então tem cinco dias para oferecer uma garantia ou pagar a dívida”, explica a advogada. Sempre que a garantia oferecida não é em dinheiro, como na penhora de imóvel, o juiz precisa consultar a Fazenda. “O que a gente vem assistindo é que eles recusam qualquer coisa que não seja o depósito do valor.” No entanto, segundo Adriana, para o empresariado disponibilizar o valor da execução fiscal em dinheiro muitas vezes custa caro. “Sem dúvida oferecer um imóvel ou fiança bancária é bem menos traumático”, diz. Apesar de o Código de Processo Civil definir que “quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor”, muitas vezes o magistrado opta por bloquear a conta bancária da empresa. O recurso mais próximo do depósito em dinheiro à disposição das empresas, era, até então, a fiança bancária. Nesse caso, explica o sócio do Pinheiro Neto, Diógenes Mendes

Gonçalves Neto, o banco cobra uma taxa, de 1,5% a 2% da dívida tributária, para ser o fiador da empresa executada. O raciocínio seria o mesmo do contrato de aluguel para a pessoa física. “Fiança é a promessa que alguém faz de pagar a dívida de outra pessoa, caso ela falhe”, acrescenta ele. Mas além de ser mais cara – o seguro garantia custaria cerca de 0,3% da dívida –, a fiança compromete a disposição de crédito da empresa. Se o banco oferecia à certa empresa um limite de R\$ 10 milhões, por exemplo, e a companhia faz uma fiança bancária de R\$ 8 milhões, restam apenas R\$ 2 milhões que a empresa pode pedir emprestado em caso de necessidade.

Gonçalves Neto avalia que, agora, com a Lei 13.043, o cenário está mais confortável no âmbito das execuções fiscais. Segundo ele, a Justiça já está aceitando o seguro como garantia, seja de dívidas municipais, estaduais ou federais. Nesse sentido, Adriana, do Aidar SBZ, revela que conseguiu há pouco mais de um mês decisão favorável no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Ela ofereceu o seguro como garantia de dívida fiscal de R\$ 5 milhões de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O desembargador aceitou o pedido da advogada.

No caso, empresa do setor de energia elétrica brigava desde 2000 com o fisco da cidade de São Paulo. Após o fim do processo, com o caso já transitado em julgado, descobriu-se que a empresa não era de fato dona da propriedade em questão. Pelas circunstâncias, o único caminho viável, diz Adriana, era propor uma ação rescisória, para desfazer o julgamento anterior. Apesar da dificuldade de se conseguir liminar (benefícios antecipados) nos casos de ação rescisória, a advogada comenta que o desembargador acabou cedendo e concedeu a suspensão temporária da cobrança. No caso, era também necessária a apresentação de garantia. Mas diante da nova lei, a apresentação do seguro não intimidou o magistrado. Adriana acrescenta que são frequentes os casos em que a empresa precisa discutir com o fisco dívidas já prescritas ou até já pagas. Por isso a importância de a garantia da dívida ser facilitada. “O cenário está muito favorável ao credor. O seguro garantia é infinitamente mais barato do que disponibilizar o dinheiro”, comenta.

# FINANÇAS E FINANCIAMENTO

---

## Desembolsos do BNDES somam R\$ 187,8 bilhões em 2014

*Agência Estado – 19/03/2015* – Os desembolsos do BNDES para empréstimos em curso somaram R\$ 187,8 bilhões em 2014, queda nominal de 1% ante 2013, quando houve liberação recorde de R\$ 190,4 bilhões, informou nesta quinta-feira, 19, a instituição de fomento. Em dezembro, ao anunciar dados sobre os desembolsos até novembro de 2014, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, já havia estimado que os valores do ano fechado estariam muito próximos a 2013 em termos nominais. Em nota distribuída hoje pela assessoria de imprensa, o BNDES destacou que o valor dos recursos liberados para financiamentos a projetos de infraestrutura cresceu. Foram R\$ 68,9 bilhões para o setor, alta nominal de 11% ante 2013, informou o banco.

Pelo lado negativo, chamou atenção a queda nominal de 14% nos desembolsos para a indústria, com o valor de R\$ 50 bilhões. “Os maiores desembolsos foram para os segmentos de material de transporte (R\$ 11,5 bilhões), química e petroquímica (R\$ 9,2 bilhões) e alimentos e bebidas (R\$ 7,2 bilhões)”, diz a nota do BNDES. O setor de comércio e serviços recebeu R\$ 52 bilhões em 2014, alta nominal de 1%, enquanto a agropecuária teve desempenho negativo, com desembolso de R\$ 16,8 bilhões, queda nominal de 10% ante 2013.

O BNDES também chamou atenção para as empresas de menor porte. As micro, pequenas e médias empresas (com

faturamento anual de até R\$ 90 milhões, na classificação do BNDES) receberam R\$ 59,4 bilhões em financiamentos, respondendo por 32% do total de desembolsos. Ainda assim, o valor destinado para essas empresas recuou 7% em termos nominais.

Já as aprovações de novos projetos somaram R\$ 204,8 bilhões em 2014, queda nominal de 14% ante 2013, sinalizando para um recuo no valor liberado nos próximos anos. Como a maioria dos empréstimos do BNDES é de longo prazo, um projeto aprovado pode ter cronograma de liberações ao longo de vários anos.

Ao comentar as aprovações, a nota do BNDES voltou a destacar a infraestrutura. “Ainda assim, as aprovações ao setor de infraestrutura tiveram desempenho positivo, com R\$ 80,3 bilhões e alta (nominal) de 9%”, diz o texto. Por fim, as consultas por pedidos de crédito, termômetro da confiança das empresas, também caiu. Elas somaram R\$ 236,2 bilhões, recuo nominal de 15% ante 2013. “O comportamento foi influenciado, em parte, pelas quedas nos programas BNDES PSI, que teve orçamento menor em 2014, e BNDES Progeren, voltado ao financiamento de capital de giro. Entretanto, as consultas do setor de infraestrutura cresceram 25% de um ano para outro, atingindo R\$ 105,5 bilhões em 2014”, diz a nota do BNDES.

# FINANÇAS E FINANCIAMENTO

---

## BNDES financiou R\$115 milhões em inovação em um ano

*Portal Brasil – 18/03/2015* – O programa BNDES MPME Inovadora financiou R\$ 115,6 milhões para 66 projetos em um ano de operação, informou o BNDES dia 17/03. Do total financiado no 1º ano, foram aprovadas 43 propostas de MPes. As iniciativas obtiveram R\$ 51,8 milhões em recursos. O montante disponibilizado correspondentes a 44,8% do volume de recursos contratados.

Os setores que demandaram mais recursos foram os de comércio e serviços, R\$ 64,8 milhões, e da indústria de transformação com R\$ 50,7 milhões. No setor de serviços, o destaque foram as operações relacionadas a serviços de tecnologia da informação e comunicação, com operações totalizando R\$ 44,2 milhões.

Antes de lançar o MPME Inovadora, o BNDES buscou entender o processo de aprovação de crédito nos agentes financeiros e os principais entraves à concessão de recursos financeiros para inovação. A parceria com o BRDE contribuiu para aprimorar o programa, especialmente nas questões relacionadas às garantias. Exemplo disso foi a inclusão, no MPME Inovadora, da possibilidade de contratar garantia por meio do BNDES FGI (Fundo Garantidor para Investimentos).

Considerando que parte das empresas-alvo da iniciativa possuem dificuldade em oferecer garantias para ter acesso a crédito, a utilização do FGI contribuiu para viabilizar parte das operações do programa. Do total movimentado no primeiro ano, 42,63%, ou R\$ 49,3 milhões, tiveram garantia do BNDES FGI.

### **Segundo ano**

Ampliar a rede de agentes financeiros é um dos objetivos para o segundo ano do MPME Inovadora. Equipes do BNDES já estão conversando com outros bancos de desenvolvimento, além de bancos comerciais, para prover capilaridade e levar o programa a todas as regiões do Brasil. Farão parte dessa ação eventos de fomento que estão sendo programado no Parque Tecnológico Porto Digital, no Recife (PE), além de outras localidades, como Belo Horizonte e Campinas.

### **Novidades**

No final de 2014, o BNDES MPME Inovadora passou a poder financiar empresas selecionadas pelo Plano Inova Empresa. O plano é operado desde 2011 pelo Banco em conjunto com a Finep e tem impulsionado o apoio à inovação em setores estratégicos para o País.

Tal iniciativa deveu-se, principalmente, à constatação de que a maioria dos planos de negócios já selecionados pelo Inova são de empresas de menor porte e possui valores inferiores à média das operações contratadas diretamente com o BNDES.

Assim, a demanda desses empreendedores poderá ser atendida, a partir de agora, por meio da rede de instituições financeiras credenciadas a operar com o MPME Inovadora, potencializando o alcance e os resultados dessa iniciativa em setores com maior participação de MPes.